

Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social e Processo Formativo: Rebatimentos na Atualidade

Compulsory Curricular Internship in Social Work and Training Process: Current Repercussions

Gilcélia Batista de Góis* 

Esther Emanuelle Alves Feitosa** 

Maria do Perpétuo Socorro Rocha Sousa Severino*** 

RESUMO

O estágio supervisionado em Serviço Social é considerado um processo fundamental para propiciar uma ação crítica e reflexiva, articulada através das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. No entanto, ainda que se apresente como algo revelador e proveitoso, concomitantemente o processo de estágio é desafiador, à medida que suas peculiaridades se evidenciam aos atores envolvidos. Por esse ângulo, este artigo busca identificar em que condição está sendo realizado o estágio curricular no curso de Serviço Social, de que maneira os docentes e supervisores de campo avaliam esse componente, e por fim, como os discentes estão vivenciando o processo de estágio. Para responder ao objetivo apontado, foi realizado estudo sobre a temática em produções de periódicos de Serviço Social, online, no período de 2015 a 2020.

Palavras-chave: estágio curricular obrigatório; formação profissional; projeto ético-político.

ABSTRACT

The supervised internship in social work is considered a fundamental process to provide critical and reflective action, articulated through the theoretical-methodological, ethical-political, and technical-operative dimensions. However, even if it presents itself as something revealing and useful, at the same time the internship process is challenging, as its peculiarities become evident to the actors involved. From this angle, this article seeks to identify the conditions under which the curricular internship in the social work undergraduate course is being carried out, how teachers and field supervisors evaluate this component, and finally, how students are experiencing the internship process. In order to respond to the stated objective, a study was carried out on the subject in productions of social work online journals from 2015 to 2020.

Keywords: mandatory curricular internship; vocational school; political ethical project.

Introdução

É possível afirmar que o estágio curricular se inscreve nos cursos de graduação em Serviço Social como uma disciplina teórico-prática

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2023.75945>

*Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil. E-mail: gilceliagóis@uern.br.

**Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil. E-mail: estheremanuelle@alu.uern.br.

***Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Mossoró, RN, Brasil. E-mail: socorroseverino@uern.br.

Como citar: GÓIS, G. B de; FEITOSA, E. E. A.; SEVERINO, M. P. S. R. S. Estágio Curricular Obrigatório em Serviço Social e Processo Formativo: Rebatimentos na Atualidade. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 21, n. 52, p. 123 - 135, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2023.75945>

Recebido em 07 de abril de 2023.

Aprovado para publicação em 18 de abril de 2023.



© 2023 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

marcada por polêmicas e contratempos, na medida em que se configura como componente obrigatório possibilitando aos discentes e docentes fazer a apreensão da realidade e das expressões da questão social, sem desvincular-se da intervenção e proposições para os problemas averiguados no decorrer do ensino e aprendizagem. Constitui-se também como oportunidade para articularem teoria e prática tendo paralelamente um olhar investigador para além do que já está posto nas instituições campos de estágios.

Ainda que se estabeleça como algo pertinente, profícuo e revelador, concomitantemente o processo de estágio é desafiador, à medida que se apresentam dificuldades aos atores envolvidos. As peculiaridades do estágio se evidenciam de maneiras diversas, a começar pela disseminação do senso comum de que o Projeto Ético-Político da profissão é muito bom, mas não se materializa na realidade concreta, ou de que a teoria preconizada durante o processo formativo é distinta do cotidiano dos espaços sócio-ocupacionais dos assistentes sociais.

Promover estudo referente aos aspectos do estágio supervisionado é oportuno e requer uma análise crítica sobre este componente curricular no qual os/as discentes têm sua primeira aproximação com a realidade fora dos muros universitários. As adversidades que permeiam essa disciplina nos permitem refletir sobre o processo de formação apreendendo sua totalidade e também a consonância com o Projeto Ético-Político profissional.

Para nortear a pesquisa, foram elaboradas as seguintes perguntas de partida: em que condição está sendo realizado o estágio curricular no curso de Serviço Social? Como os/as docentes avaliam esse componente curricular? De que maneira as supervisoras de campo estão vivenciando a supervisão prática? Quais as apreensões que os discentes obtiveram deste componente e quais foram as contribuições para sua formação profissional?

Partindo desses questionamentos, elaboramos o projeto descrito, buscando avaliar como se encontra o processo estágio curricular obrigatório no curso de Serviço Social, a partir da análise da percepção dos atores envolvidos, por entender que estes são sujeitos imprescindíveis durante a formação profissional. Neste sentido objetivamos analisar como está ocorrendo o estágio curricular, sua interlocução com o Projeto Ético-Político na concepção dos sujeitos envolvidos, tendo como ponto de partida as Diretrizes Curriculares, a Política Nacional de Estágio e revisão de literatura.

Diante do exposto, nos propomos a investigar o processo de estágio obrigatório curricular e o Projeto Ético-Político, considerando que estes são elementos norteadores do exercício e da formação profissional no serviço social, objetivando apreender a relação existente entre esses componentes e; considerando a conjuntura atual fortemente marcada pela negação dos direitos sociais, os quais competem à formação profissional em Serviço Social.

Estágio obrigatório em Serviço Social: elemento fundamental do processo formativo

O estágio é previsto pela Lei nº 11.788 de 2008 (BRASIL, 2008) como ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho tendo como objetivo a preparação dos educandos ao trabalho produtivo.

Considera-se o estágio supervisionado em Serviço Social o momento em que o discente vivencia o processo de articulação da formação e exercício profissional, sendo um espaço de ensino-aprendizagem teórico-prático e de aproximação da realidade social e institucional. Desse modo, potencializa o cotidiano profissional e formativo mediante a supervisão direta e sistemática. O estágio se consolida como processo fundamental para propiciar uma ação crítica e reflexiva, articulada às dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, com caráter profissional e acadêmico.

A supervisão requer o envolvimento de três atores: o estudante, o professor/supervisor acadêmico e o assistente social de campo. Esse vínculo é primordial para o processo de estágio e deve ocorrer essencialmente mediante a troca cotidiana de vivências e saberes. Além disso, cabe à instituição campo de estágio dispor de condições objetivas e estruturais para viabilizar o estágio, assegurando espaço físico adequado, sigilo profissional, equipamentos necessários e, disponibilidade do supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem, entre outros.

A lei regulamentadora da profissão determina que:

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

[...]

VI - treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; (BRASIL, 1993, p. 1)

Em conformidade com a PNE da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social:

O estágio supervisionado curricular, nas modalidades obrigatório e não obrigatório, é um processo didático-pedagógico que se consubstancia pela “indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional” (ABESS/CEDEPSS, 1997, p.62), um dos princípios das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social. Caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção do(a) estudante nos espaços socioinstitucionais nos quais trabalham os(as) assistentes sociais, capacitando-o(a) nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico operativa para o exercício profissional. (ABEPSS, 2010, p. 14)

Neste sentido, a política em questão evidencia a supervisão de campo e acadêmica como um dos princípios norteadores da formação profissional em Serviço Social, caracterizando-se assim como supervisão direta. Compreende a articulação da teoria e prática na qual destaca-se:

[...]o estágio, enquanto atividade didático-pedagógica, pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do(a) estudante, na perspectiva de desenvolvimento de sua capacidade de investigar, apreender criticamente, estabelecer proposições e intervir na realidade social. (ABEPSS, 2010, p. 13)

Tratando também acerca do estágio, Ramos e Dos Santos (2016, p.289) apresentam suas particularidades:

[...]o estágio é considerado um espaço privilegiado por ser o momento no qual o aluno se aproxima da intervenção profissional, considerando que esta é uma particularidade de nossa profissão[...]na cena contemporânea existem novas demandas que são atualizadas para o Serviço Social, sobretudo nos espaços sócio-ocupacionais, compreender o papel acadêmico pedagógico dos supervisores bem como a articulação necessária entre estes sujeitos é fundamental. [...]

No decorrer do desenvolvimento dos estágios obrigatórios é comum observar a ansiedade e a angústia dos estudantes quanto à área, às instituições, aos profissionais e; às demandas com que irão se deparar no processo de ensino e aprendizagem. Aos docentes, também perpassa a preocupação de inserir os discentes em ambientes que lhes propiciem conhecimentos teóricos-práticos, mais, acima de tudo, éticos e políticos. É fundamental que os profissionais supervisores tenham como diretriz norteadora o Projeto Ético Político profissional.

Sabe-se que a profissão desde década de 1990, mais precisamente, vem operando um processo de intenção de ruptura com as bases teóricas e metodológicas conservadoras que influenciaram a formação e o exercício profissional do Serviço Social, desde sua gênese. (NETTO, 2005). Atualmente, a perspectiva crítica dialética feita partir das leituras e do embasamento teórico do Marxismo, permitiu ao Serviço Social uma reconceituação na sua fundamentação teórica e metodológica, e a construção de um projeto ético e político voltado para a defesa intransigente dos direitos sociais e contrário à ordem excludente e desigual da sociedade capitalista. (IAMAMOTO, 1992)

Contudo, não se pode entender tal processo de intenção de ruptura como algo concluso e acabado. O Projeto Ético-Político se consolidou e se tornou hegemônico através de sua sustentação teórica e metodológica, no entanto, esse projeto não é unânime entre a

categoria profissional, o que se evidencia através da ofensiva ultra neoliberal e da ameaça de reatualização do conservadorismo, que é presente e incontestável no momento presente. (NETTO, 1999)

Consoante ao exposto, o Serviço Social brasileiro concebe o estágio e a supervisão em um sentido direcionado à indissociabilidade teórico-prática. Este é um momento privilegiado da formação para a apreensão das múltiplas expressões da questão social, “em sua singularidade, particularidade e universalidade, e a conjecturação de processos interventivos que respondam satisfatoriamente às demandas profissionais, à luz de uma direção social e política expressa pela categoria profissional.” (GOIN; RENDUELES; PRATES, 2016, p. 79)

Não obstante, os desafios e limites postos à formação e ao exercício do Serviço Social nesta sociabilidade têm sido diversos e tensionam a sustentação ideal do estágio:

Observa-se que o estágio supervisionado tem sido um espaço privilegiado de expressão deste processo que mercantiliza e precariza o acesso ao direito à educação superior. Ele pode se constituir em espaço de “treinamento” tecnicista descolado da formação intelectual e crítica proposta pela ABEPSS, “preparando” estudantes para a operacionalização de políticas sociais focalizadas. (ABEPSS, 2019, p. 440)

Resultados Obtidos

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa bibliográfica por meio de levantamento de literatura, como também documental e da utilização de observação e entrevistas com os atores envolvidos no processo de formação, no entanto, por tratar-se de uma pesquisa em andamento o presente artigo retratará considerações obtidas através de estudo bibliográfico e documental.

Para consecução da proposta apresentada foi feito um levantamento de produções em periódicos de Serviço Social, notadamente nas revistas *Serviço Social e Sociedade*, *Temporalis e Katálisis*, em formato on-line, publicadas no período de 2015 a 2020, a partir da identificação de trabalhos que possuíam correspondência com as palavras-chave previamente definidas: estágio supervisionado, teoria e prática, projeto ético-político e supervisão direta. A leitura dos trabalhos selecionados concretizou-se de maneira crítica, rigorosa e analítica, fundamentada nas categorias referidas e tendo como finalidade a apresentação e análise dos dados pesquisados sob a perspectiva crítica e dialética, objetivando redefinições/reconstrução no processo de ensino aprendizagem. O método dialético “implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. [...]” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

Posteriormente, foram selecionados para análise de conteúdo; artigos que em seus títulos e palavras-chaves aproximavam-se do nosso objeto de estudo. Após a leitura e análise dos mesmos, foi possível vislumbrar as dificuldades mencionadas com mais frequência referente às categorias de estágio, formação profissional e trabalho, sendo, a mercantilização de ensino; a desqualificação profissional; a disponibilidade de campo de estágio; o ensino remoto emergencial; o conservadorismo; o reducionismo nas políticas e os tensionamentos das condições objetivas do trabalho.

É de consenso entre os autores que, progressivamente o Brasil tem sofrido com a mercantilização da educação e consequentemente, “com a expansão da política de educação do ensino superior através de uma larga escala de expansão universitária mercantil.” (MORAES, 2015, p. 296). Essa expansão desenfreada ocorre sob a aparência de democratização e ampliação do acesso ao ensino superior, no entanto, as atuais tendências mercantilistas da educação representam a intensificação da desqualificação do ensino e da formação profissional.

Diante disso, é possível afirmar que a contrarreforma do ensino superior no Brasil é questão central para o Serviço Social, já que o crescimento mercantil das vagas em cursos privados e na modalidade à distância pode redefinir, em curto prazo, o perfil profissional. [...] Assim, a defesa do projeto de formação profissional construído e explicitado nas Diretrizes Curriculares da Abepss de 1996 tem se colocado como inadiável para o Serviço Social, pois desta tarefa também imprescinde a reafirmação do projeto ético-político profissional, que tem como um dos seus componentes centrais a formação profissional. (MORAES, 2015, p. 297)

Em estudo realizado por Pereira (2009), constatou-se que o discurso de democratização de acesso ao ensino superior foi propagado pelo Estado utilizando ações governamentais estratégicas, como a participação do setor privado no Programa Universidade Para Todos (ProUni), ampliação do ensino a distância (EaD) e incentivo de parcerias público-privadas na universidade pública. Ainda de acordo com Pereira (2009), a oferta de vagas no referido curso de Serviço Social aumentou consideravelmente desde a década de 90, sendo que a maioria dos cursos autorizados são de educação a distância, evidenciando o interesse mercantil. Essa modalidade de ensino privilegia a expansão de cursos das áreas sociais e humanas, fator que se justifica nos baixos custos de instalação, manutenção e investimento, abrindo margem para alta rentabilidade. (PEREIRA, 2016)

Na concepção de Moraes (2017), em meio à supervalorização da mercantilização da política e dos serviços na área da educação observa-se que nas instituições adeptas ao EaD não há espaço propício para “crítica, questionamento, reflexão e que reduz a formação profissional a atividades de treinamento, formando profissionais de manual, que não são capazes de ter uma compreensão crítica para além da atividade específica que realizam”. Ademais:

os estudantes têm acesso restrito à educação como ensino, precarizado, ao serem incluídos em salas abarrotadas de alunos, que funcionam como “escolões de 3º grau”, em que os docentes não dispõem de condições adequadas de trabalho, sendo pressionados a aprovar seus alunos-clientes mediante a possibilidade de migração para outro serviço educacional. (MORAES, 2017, p. 116)

Deve-se levar em consideração que a graduação em Serviço Social possui como objetivo construir o perfil de um profissional que:

[...] atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas para seu enfrentamento, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social. (ABEPSS, 1996, p.2)

Compreende-se que a “capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho” (PEREIRA, 2016, p. 364), é um aspecto que requer um ensino superior que privilegie o modelo universitário, que promova os eixos de ensino, pesquisa e extensão e que valorize a razão crítica.

Nesse fito, as diretrizes curriculares mostram a necessidade de articular vivência acadêmica, estágio, defesa de um trabalho de conclusão do curso e atividades complementares. Trata-se de um modelo de formação negador do avanço da modalidade EAD em nível de graduação, da tecnificação, da tentativa de construir discentes com assepsia política, acríticos e deslocados dos contraditórios movimentos da sociedade. (PEREIRA, 2016, p. 365)

Esse modelo promove consequências aos discentes à medida que recebem um ensino aligeirado e frequentemente sem qualidade. Também impacta os docentes, que sofrem com exigências de produtividade, e sobrecarga devido à flexibilização e aos tensionamentos das relações de trabalho. Nessa conjuntura, as dimensões investigativas e interventivas da profissão são prejudicadas e atingidas. (LEMOS, 2010).

No tocante ao estágio supervisionado, Moraes (2015) reitera que esse processo formativo é comprometido devido à compreensão de que o estágio é um momento de “treino” da prática profissional e à falta de articulação entre supervisores e estudantes. Esse fato decorre principalmente do número excessivo de demandas aos profissionais e dificuldades na captação de vagas de estágio. Ao promover estudo acerca do ensino a distância do curso de Serviço Social no estado de Pernambuco, Silva e Rabelo (2017) constataam que uma gran-

de oferta de vagas é concentrada em cidades de pequeno e médio porte, sendo um dado preocupante levando em consideração que “apesar da grande oferta de vagas, nem sempre possuem as condições adequadas de funcionamento” e pode haver “dificuldades até mesmo para encontrar campos de estágio para os estudantes.” (SILVA; RABELO, 2017, p.115).

Ao discutir a formação profissional do assistente social em Natal (RN), Negreiros (2018) expõe que a partir da análise dos projetos político-pedagógicos em faculdades particulares e EaD, observou-se fragilidade na relação estabelecida entre as dimensões de teoria e prática. Já na definição de habilidades foi percebido que estas não estão em conformidade com as competências e atribuições privativas do assistente social definidas pela lei regulamentadora da profissão, “provavelmente em uma tentativa de deixar o curso mais atrativo para o público.” (NEGREIROS, 2018, p. 145).

Negreiros (2018), ainda vislumbrou a realização de estágio em instituições públicas e privadas, logo, analisou limites em ambas:

Na universidade pública, o maior desafio que identificamos está relacionado à efetivação da relação entre supervisores acadêmicos, discentes e supervisores de campo. Foi consensual na fala dos sujeitos da pesquisa que esta relação ainda não ocorre de forma satisfatória, porém, reconhecem que esta dificuldade ocorre diante da realidade das condições de trabalho dos supervisores acadêmicos e de campo, limitando que estes desenvolvam um processo de supervisão mais sistemático e planejado. (NEGREIROS, 2018, p. 150)

Tratando-se de instituições particulares e em modalidade EaD, foi possível observar:

Em relação à instituição EaD, observamos alguns impasses mais estruturais, tais como: carga horária destinada à realização do estágio e supervisão acadêmica; a não existência de coordenação específica de estágio, sendo esta realizada pelo coordenador pedagógico do polo presencial e; a não existência de um supervisor acadêmico, sendo esta função exercida pelo tutor presencial responsável pela turma. (NEGREIROS, 2018, p. 150)

A intersecção entre os supervisores e discentes é primordial para a concretização dos objetivos do estágio obrigatório, no entanto, é um consenso entre os autores que essa categoria encontra obstáculos estruturais para ser realizada. À vista disso, compreendemos que essa circunstância sucede-se primordialmente devido às pelejas dos processos de trabalho, logo, as condições objetivas desses profissionais devem ser problematizadas de modo a compreender suas particularidades.

Quanto ao supervisor acadêmico, Pereira (2016) sustenta que os tensionamentos resultantes das relações de trabalho também atingem professores de instituições públicas, que convivem com condições precárias, como:

Não fornecimento de meios adequados para a realização da supervisão e, principalmente, da interlocução com o supervisor de campo. [...] Destacam-se como entraves: a falta de estrutura nas salas de aula, o acúmulo de disciplinas que sobrecarregam o professor, a falta de um transporte para levar o supervisor acadêmico até a instituição campo de estágio. Outra questão problemática é a falta de institucionalização de instrumentos de acompanhamento dos estágios não obrigatórios, deixando os discentes vulneráveis ao exercício de funções incompatíveis com sua condição discente. (PEREIRA, 2016, p.367)

Esse quadro se agudiza quando o professor é substituído em instituições públicas, devido à falta de realização de concursos públicos para professores efetivos. Nesse caso, os profissionais são contratados através de processos seletivos, a remuneração é mais baixa e eles não possuem estabilidade na função, subtraindo sua autonomia relativa. O término dos contratos implica também no rompimento da supervisão, quebrando o vínculo construído e trazendo consequências ao discente.

Paralelamente, em meio ao reducionismo de políticas públicas por efeito da crise do capital, as condições de trabalho dos assistentes sociais são marcadas por diversas contradições e dificuldades, trazendo implicações para supervisores de campo e estagiários. Em conformidade com o explanado anteriormente, ampliar os campos de estágio também tem se mostrado um empecilho nesse processo, isso uma vez que:

[...] muitos profissionais ainda têm resistido a ofertar essa atividade privativa. Para tanto, apresentam vários argumentos, dentre os quais que essa não é uma atividade obrigatória, não é remunerada, e as suas condições e sobrecarga de trabalho não comportam a supervisão para esses alunos, dentre outras justificativas que, na maioria das situações, são justas. Porém a universidade fica em uma situação difícil para resolver os problemas de vaga de estágio. (CARIAGA; SILVA, 2016, p. 96)

Tendo em vista que as mediações do trabalho assalariado do assistente social perpassam o contexto do sistema capitalista, é necessário que o supervisor e estagiário identifiquem que a crise do capital, as políticas reducionistas do Estado, os achatamentos salariais e o retrocesso do pensamento conservador são elementos que impactam diretamente na formação e exercício profissional. (CAPUTI, 2016)

Apreende-se que os espaços de trabalho dos assistentes sociais, em sentido geral, têm sido marcados por “baixos salários, condições e relações de trabalho lastimáveis, desmotivando-o, e reduzindo a sua já relativa autonomia. Ademais, as políticas e os direitos por elas assegurados são focalizados, reduzidos, seletivizados aos casos mais agudos.”(PEREIRA, 2016, p.366). Assim, inferimos que existem rebatimentos diretos ao estágio nesse sentido, primordialmente quando “os assistentes sociais de campo são confrontados com uma realidade de trabalho precária, marcada pela rotatividade, contratos

temporários, terceirizados, subempregados, comprometendo a supervisão.” (PEREIRA, 2016, p.366)

Destacamos que os discentes constituem parte fundante da formação profissional e estágio, e também possuem particularidades que dificultam a efetivação desse processo de acordo com o estabelecido nas normativas. O aumento da oferta de vagas em diferentes modalidades possibilitou a maior inserção da camada trabalhadora ao Serviço Social, logo, “o estágio para esse público é um momento de tensões, marcado pela necessidade de conciliar o trabalho, as aulas e o estágio supervisionado.” (PEREIRA, 2016, p.366). Para esses sujeitos, a tensão e a ansiedade para concluir a carga horária requisitada é constante. Com esse propósito, utilizam finais de semana, férias trabalhistas e até mesmo as folgas para estar em campo de estágio, ocasionando consequência à saúde física e mental, impedindo a vivência mais ampliada do processo e contrapondo-se aos requisitos obrigatórios indicados nas diretrizes curriculares, entre outras ações. (PEREIRA, 2016)

Frequentemente os estudantes conciliam o estágio obrigatório com o não obrigatório em virtude da necessidade financeira, e por vezes, estes se materializam de maneira indevida:

Um exemplo disso são os espaços que só abrem vagas para estágio não obrigatório e remunerado, visando obter maior compromisso do aluno; leia-se: não faltar ao estágio e colaborar com o serviço. Essa fala não fica fora do discurso das profissionais. Por vezes, há relatos de assistentes sociais que preferem não supervisionar discentes da modalidade estágio obrigatório, porque estes ficam “pouco tempo e não tem compromisso”. (PEREIRA, 2016, p. 167)

Ademais, foi reconhecido através de relatórios das oficinas do projeto ABEPSS Itinerante que o estágio supervisionado não obrigatório se consolida como um “nó crítico”, “Em função da precarização do trabalho e de outros elementos já citados, desenvolvem-se sem supervisão direta e se configuram, muitas vezes, como mecanismo de utilização do estagiário ou da estagiária como mão de obra barata, assumindo, por vezes, o lugar do profissional.” (TEIXEIRA; AQUINO; GURGEL, 2017, p. 412)

Considerações Finais

Em conformidade com o explorado no decorrer do estudo, o estágio supervisionado em Serviço Social é um momento privilegiado da graduação em que o discente tem a possibilidade de vivenciar a articulação da formação e exercício profissional e compreender a teoria e prática enquanto esferas indissociáveis, tendo paralelamente um olhar investigador para além do que já está posto nas instituições campos de estágios.

No entanto, os contratempos e limites postos à formação e ao exercício do Serviço Social nesta sociabilidade têm sido diversos, tensionando a materialização do estágio de acordo com o estabelecido pelas Diretrizes Curriculares, pela Política Nacional de Estágio e pelo Projeto Ético-Político do Serviço Social.

Mediante levantamento realizado em trabalhos publicados em periódicos de Serviço Social entre o período de 2015 e 2021, foram identificados os principais rebatimentos na atualidade que se relacionam ao estágio supervisionado e à formação profissional. A partir disso, constatamos que os reveses que envolvem a temática têm seu cerne na mercantilização da educação superior e em suas expressões, como a privatização e expansão do ensino a distância. Esse fator acarreta efeitos deletérios ao ensino, resultando na desqualificação da formação profissional devido à baixa qualidade dos cursos de graduação.

No que diz respeito à supervisão, há um consenso de que a precarização das condições de trabalho dos professores e assistentes sociais converte-se em rebatimentos diretos à qualidade da supervisão. A retomada do conservadorismo, o reducionismo das políticas em virtude da crise do capital e os tensionamentos das condições objetivas e estruturais do campo de trabalho também são temas recorrentes nesse sentido.

Ante o exposto, concluímos que há uma centralidade de discussões referentes a faculdades privadas e adeptas da modalidade de ensino a distância. Esse debate é atual e pertinente; todavia, observou-se pouca análise acerca das peculiaridades do estágio em universidades públicas. Entre os eixos participantes do estágio, há mais considerações sobre supervisão acadêmica em detrimento da supervisão de campo, de modo que consideramos que seria oportuno problematizar mais as condições de trabalho e influxos do conservadorismo ao fazer profissional. Ademais, identificamos poucos trabalhos que tratam sobre as percepções dos discentes em relação a esse processo, embora esses sujeitos possuam centralidade na formação e no estágio curricular.

Contribuições dos/as autores/as : As três autoras participaram do processo de concepção, elaboração e revisão.

Agradecimentos: Não se aplica

Agência financiadora: Não se aplica

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica

Conflito de interesses: Não se aplica

Referências

- ABEPSS. *Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social*. Rio de Janeiro: Abepss, 1996.
- ABEPSS. *Política Nacional de Estágio*. Brasília: Abepss, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf> Acesso em: 29 mar. 2022.
- ABEPSS. Parâmetros para organização dos fóruns de supervisão de estágio em Serviço Social. *Temporalis*, v. 18, n. 36, 2019.
- ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o Curso de Serviço Social (Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembléia Geral Extraordinária de 8 nov. 1996). Caderno Abess. n. 7, 1997.
- BRASIL. *Lei n. 8.662*, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de assistente social e dá outras providências. 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm>. Acesso em: 18 abr. 2023
- BRASIL. *Lei n. 11.788*, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Brasília, 2008.
- CAPUTI, L.. Supervisão de estágio em Serviço Social: significâncias e significados. *Revista Katálisis*, v. 19, n. 3. out. 2016
- CARIAGA, M. H.; SILVA, M. J. A. da. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. *Serviço Social e Sociedade*, n. 125, 2016.
- GOIN, M.; RENDUELES, C.; PRATES, J. C.. Conjuntura, gênese e formação profissional: notas relacionais entre o Serviço Social brasileiro e o espanhol. *Serviço Social e Sociedade*, n. 125, 2016.
- IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social na contemporaneidade*. São Paulo: Cortez, 1992.
- LEMOS, D. V. da S. *Alienação do trabalho docente? O professor no centro das contradições*. Universidade e Sociedade, Brasília-DF, n. 45, 2010.
- LIMA, T. C. S. de; MIOTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, v. 10, 2007.
- MORAES, C. A. de S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 122, abr. 2015.
- MORAES, C. A. de S. A particularidade da dimensão investigativa na formação e prática profissional do assistente social. *Serviço Social e Sociedade*, n. 122, abr. 2015.
- MORAES, C. A. de S. OS DESAFIOS DO NOVO SÉCULO À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL. *Temporalis [S. l.]*, v. 16, n. 31, p. 105–132, 2017. DOI: 10.22422/2238-1856.2016v16n31p105-132. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12226>. Acesso em: 3 maio. 2023.

NEGREIROS, T. C. G. C. Formação profissional em Serviço Social em Natal/RN: desafios e perspectivas. *Temporalis*, v. 18, n. 35, 2018.

NEGREIROS, T. C. G. C. Os desafios do novo século à formação em Serviço Social. *Temporalis*, v. 16, n. 31, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/12226>. Acesso em: 11 mar. 2023.

NETTO, J. P. A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: Capacitação em Serviço Social e política social. Módulo I: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: Cead, 1999.

NETTO, J. P. O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois. *Revista Serviço Social e Sociedade*. n. 84, 2005.

PEREIRA, L. D.. Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social. *Revista Katálisis*, v. 12, n. 2, jul. 2009.

PEREIRA, M. E. R.. O estágio supervisionado frente à conjuntura atual de formação em Serviço Social. *Revista Katálisis*, v. 19, n. 3, out. 2016.

RAMOS, A.; DOS SANTOS, F. H. C. Articulação entre supervisão de campo e acadêmica em Serviço Social. *Temporalis*, v. 16, n. 31, 2016.

SILVA, T. A. B. da; RABELO, J. B. Ensino a distância e suas implicações para a formação dos assistentes sociais: uma reflexão dos cursos EaD no Estado de Pernambuco. *Temporalis*, v. 17, n. 33, 2017.

TEIXEIRA, R.; AQUINO, I.; GURGEL, T. Estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas - Relatório do projeto Abepss Itinerante 2014. *Temporalis*, v. 16, n. 31, 2017.